BIOECONOMIA BRASILEIRA: A PROMOÇÃO DE UMA NOVA VANTAGEM COMPARATIVA

TALITA PRISCILA PINTO[1], DANIEL VARGAS[2], CICERO ZANETTI DE LIMA[3], DIOGO GUERRA[4]

A bioeconomia pode ser um passo central para a transição verde do Brasil. No centro do avanço produtivo, está o casamento entre inteligência e natureza. O avanço da ideia exige, antes de tudo, solucionar problemas já compreendidos. Esforços coordenados do Estado podem alavancar o Brasil para o posto de principal complexo produtivo bioeconômico global.

A CONSTRUÇÃO de um regime global de governança ambiental e o novo *status* mundial da agenda climática tornam a bioeconomia uma prioridade global e elevam a sua importância como uma variável econômica.

Mas, afinal de contas, o que é bioeconomia? A literatura global sobre o tema revela que, apesar de não haver uma única definição formal, há três visões que ganharam força e relevância mundial ao longo das últimas décadas: bioecologia, biotecnologia e biorrecursos.

A visão bioecológica argumenta que o avanço econômico tende a degradar os recursos naturais do Planeta. Para solucionar esse problema, a bioecologia propõe a interrupção do crescimento econômico insustentável e a busca por valores e qualidade de vida, em oposição à produção e ao consumo desregrados.

Já a visão biotecnológica aposta na criação de um novo ciclo econômico impulsionado por avanços em áreas como Informática, Ciências Biológicas, entre outras. O valor econômico estaria cada vez mais associado à inteligência e ao domínio da energia viva da natureza, resultando em um crescimento sustentável baseado em tecnologia de ponta.

Por fim, a visão dos biorrecursos baseia-se na substituição gradual de produtos de origem fóssil e química por novos, de origem biológica. Por meio do avanço tecnológico e científico, a bioeconomia dos biorrecursos visa ampliar o uso de insumos biológicos, substituindo os não renováveis, e promover a industrialização sustentável.

Ao longo das últimas décadas, o compromisso com a transição verde impulsionou dezenas de países a elaborarem seus respectivos projetos de bioeconomia, os quais visam criar complexos produtivos ou complexos bioeconômicos, com financiamento abundante, participação empresarial e ambição de transformar a economia global.

MOVIMENTO EUROPEU

Entre as políticas nacionais, um dos projetos de bioeconomia que se tornou especialmente marcante nos últimos anos, em função da sua força econômica e projeção global, foi o europeu.

Por meio da proposta de "crescer sem degradar recursos naturais", o projeto europeu abraça, sobretudo, a bioeconomia dos biorrecursos. A estratégia é promover a substituição de fósseis por biológicos. Trata-se de encontrar um equilíbrio entre avanço econômico e proteção ambiental nos distintos setores da economia. Ao fazer isso, o União Europeia (UE) também pretende redefinir e fortalecer a sua competitividade econômica.

A primeira visão abrangente de reorganização da economia europeia veio com o Plano de Bioeconomia do bloco, que apontava o caminho para o desenvolvimento sustentável regional. A mensagem geral, apresentada na abertura do Plano, ressaltava o compromisso com o meio ambiente, mas também com a competitividade econômica europeia.

O Plano detalha as particularidades da visão europeia sobre a bioeconomia. O "*European way*" combina duas diretrizes centrais. Primeiro, a bioeconomia europeia precisa ter a sustentabilidade e a circularidade no seu centro. Segundo, isso irá promover a renovação de indústrias, a modernização de sistemas de produção primária, a proteção do meio ambiente e o fortalecimento da biodiversidade. Com isso, a bioeconomia tem o potencial de gerar 1 milhão de novos empregos nas indústrias de base biológica.

A lista de objetivos particulares do Plano de Bioeconomia contempla: (i) garantir a segurança alimentar e nutricional; (ii) realizar a gestão sustentável de recursos naturais; (iii) reduzir a dependência de recursos não renováveis, produzidos dentro ou fora da região; (iv) promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas; e (v) aumentar a competitividade europeia e a geração de empregos.

O GREEN DEAL EUROPEU

As diretrizes do Plano de Bioeconomia viram norma no novo Pacto Ecológico Europeu – o Green Deal. A UE compromete-se a cortar emissões de gases do efeito estufa (GEE) em 55% até 2030 em comparação aos níveis de

1990 e, ao mesmo tempo, impulsionar a economia europeia.

No coração do Green Deal, está a Farm to Fork Strategy. O documento detalha metas e orienta ações para a transição no setor de alimentos. Segundo a Farm to Fork Strategy, a transição verde deve reduzir impactos ambientais e promover a competitividade de produtos e produtores europeus.

O segundo pilar do Green Deal europeu é a Biodiversity Strategy for 2030, que prioriza a restauração de áreas degradadas – em pelo menos 20% das terras e dos mares do continente. Deverão ser plantados 3 bilhões de árvores até 2030.

O Green Deal trata relativamente pouco sobre ações no setor de energia, que corresponde a mais de 75% das emissões do continente. Para cortar as emissões em 55% até 2030, os países do bloco devem implementar medidas de substituição de energia suja por energia limpa.

No setor de transportes, a União Europeia aposta na eletrificação. O bloco fixou em 2035 um limite para a aposentadoria do motor a combustão. Ao mesmo tempo, o bloco concede um subsídio de € 8 mil por cada carro elétrico de até sete assentos. O teto na ponta e o incentivo na base visam promover a conversão tecnológica das fabricantes europeias, que, rapidamente, buscam se adaptar. Em um mercado relativamente concentrado, o rumo adotado pelo bloco deve impactar outros mercados.

O projeto europeu é acompanhado, por fim, de um projeto de influência sobre as novas fronteiras da economia internacional. Busca fazer isso via normas de regulação comercial que exigem que empresas europeias "levem" as exigências europeias para outros países em que operam – em particular com normas de direitos humanos e de combate ao desmatamento.

A Deforestation Regulation restringe a importação de bens provenientes de áreas desmatadas após 2020 – e que convivam com violações a direitos humanos e ilegalidades.

O Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) pretende garantir a "isonomia" ambiental das empresas europeias. Ao impor uma exigência de redução de carbono a empresas dentro do bloco, espera-se que bens produzidos fora obedeçam ao mesmo padrão. Os critérios de mensuração são criados e definidos pela UE.

Em muitos pontos, o "nacionalismo produtivo" europeu pode servir como exemplo para reforçar que iniciativas de desenvolvimento bioeconômico devem olhar para aspectos ambientais, sociais e econômicos. O alvo é atingir patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento sustentável.

OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

Na bioeconomia, países com maiores estoques de recursos naturais preservados, como o Brasil, podem ter uma vantagem, uma nova forma de vantagem comparativa.

O Brasil possui mais de 60% do seu território preservado. Cada propriedade rural no País deve, por lei, preservar uma área de Reserva Legal (RL) que varia entre 20% e 80% da área total do imóvel e funciona como uma fábrica particular de serviços ambientais. Aqui, o País ajusta-se à visão bioecológica.

O Brasil possui capacidade técnica de produção sustentável. Nas últimas três décadas, foram observados sucessivos incrementos de produtividade agrícola. Essa capacidade oferece espaço para a ampliação da produção sustentável de alimentos e oportunidades para o desenvolvimento de novos alimentos, fontes de energia e produtos têxteis, além da geração de recursos de inovação. Além disso, há o crescimento e o desenvolvimento – a passos largos – do mercado nacional de bioinsumos e a matriz energética nacional, que tem quase metade da sua origem em fontes renováveis e que abrange, também, o uso de biocombustíveis, responsável por já ter evitado as emissões de mais de 100 milhões de toneladas de carbono equivalente. Aqui, o País ajusta-se à visão dos biorrecursos.

O progresso produtivo brasileiro está cada vez mais baseado em tecnologias avançadas. O uso de inovações genéticas e o desenvolvimento de espécies adaptadas às características específicas de solo e clima do País garantem avanços produtivos cada vez maiores. Essas variedades são mais resistentes a pragas e variações climáticas, permitindo uma produção mais estável e resiliente. Aqui, o País ajusta-se à visão biotecnológica.

O "potencial instalado" de uma boa parte da economia brasileira, a começar pelo campo e pela bioenergia, é sustentável. Frear o desmatamento na Amazônia e cumprir, com rigor, o Código Florestal são condições críticas para a sustentabilidade da economia brasileira.

Em um mundo cada vez mais orientado à disputa por mercados na fronteira, o avanço da bioeconomia tende a exigir a colaboração do Estado. Atividades como bioagricultura, bioenergia e biorrecursos sugerem caminhos que permitiriam ao Brasil aproveitar a sua vantagem "tropical" e transformá-la em uma fronteira efetiva de crescimento, com ganhos cumulativos de produtividade.

Na prática, o "*Brazilian way*" já vem acontecendo. Cabe ao País se coordenar, estabelecer as suas metas e estratégias e apresentar ao mundo o seu próprio Plano de Bioeconomia, que já está em curso e tem potencial para ser o mais relevante globalmente. ■

1 Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – talita.pinto@fgv.br
2 Coordenador do OCBio/FGV – daniel.vargas@fgv.br
3 Pesquisador do OCBio/FGV – cicero.lima@fgv.br
4 Estagiário do OCBio/FGV – diogo.guerra@fgv.br